

## SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PE

**Estudo Técnico Preliminar 2/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 08654.000125/2026-02

**2. Objeto da Contratação**

Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de limpeza necessários a prestação dos serviços de limpeza e conservação, com o objetivo de atender às necessidades da Polícia Rodoviária Federal, especificamente a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco.

**3. Descrição da necessidade**

A contratação do fornecimento de materiais necessário ao serviço de limpeza e conservação e tratador de cães, justifica-se pela manutenção das condições necessárias para o cumprimento dos objetivos institucionais, além de garantir e resguardar o cumprimento das atividades finalísticas da instituição, com o padrão de qualidade necessário, na medida em que os serviços terceirizados em questão servem de apoio indispensável à consecução da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal.

Os materiais de limpeza e conservação são essenciais para manter as condições adequadas de salubridade e higiene, garantindo o bom desempenho das atribuições dos servidores, colaboradores e usuários da sede, delegacias e unidades operacionais da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco.

O Cadernos de Logística SLTI considera prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, as atividades que visam a obter as condições adequadas de salubridade e higiene, em conformidade com os requisitos e condições previamente estabelecidos no termo de referência e/ou projeto básico.

Vale reforçar que os serviços enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES nº 2, de 25 de maio de 2017, e suas alterações.

Trata-se de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Deve-se buscar atender a necessidade do Órgão sem deixar de atender aos princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia, ou seja, escolher, efetivamente, a proposta mais vantajosa.

**4. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
NULOG-PE	PEDRO FELIPE DE JESUS GOMES DE MATOS

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais de limpeza e conservação serão contratados com base na área física a ser limpa, tanto a área interna e externa, além das esquadrias internas, externas e fachadas envidraçadas. Para a contratação foi estabelecida uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de material e das condições do local, objeto da contratação.

Os interessados deverão ser pessoas jurídicas, pois, a contratação de pessoa física caracterizaria pessoalidade e subordinação direta, geraria vínculo empregatício entre o empregado e a Administração, ou seja, uma relação expressamente vedada pelo Artigo 4º. da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017.

Os interessados deverão ser do ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, ou seja, do ramo de fornecimento de materiais de limpeza e deverão estar com credenciamento regular no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no Artigo 21, I, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.

### **Critérios e práticas de sustentabilidade**

A CONTRATADA deverá obedecer a critérios mínimos de sustentabilidade, dentre os quais os elencados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e também:

#### 1. Produtos de limpeza

- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, contendo o selo de certificação emitido pela Agência;
- Utilizar produtos biodegradáveis ou, quando indisponíveis no mercado, com componentes de menor toxicidade;
- Utilizar, quando disponíveis no mercado, produtos intitulados “naturais” ou “ecológicos”, de origem vegetal, como óleo de coco, eucalipto, lavanda e mel, que são degradados em pouco tempo, sem agredir o meio ambiente;
- Utilizar, quando disponíveis no mercado, produtos concentrados, que utilizam menos água em sua fabricação, contribui com menos descartes de sobras, fornecem embalagens menores, gerando menos lixo e lançam menos componentes químicos nas redes de esgoto, interferindo menos nas águas e, consequentemente, nos ecossistemas;

## 6. Levantamento de Mercado

A solução de mercado mais habitual ao tipo de fornecimento são empresas que fornecem materiais previstos, cumpridos todos os requisitos da contratação, não havendo requisitos que inviabilizem a contratação.

A experiência do setor de licitações do órgão permite afirmar a existência de um grande número de empresas no mercado dispostas a fornecer materiais dessa natureza para a Administração, o que torna perfeitamente viável a procedimento licitatório.

## 7. Descrição da solução como um todo

A adequada prestação dos serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis nos edifícios da sede, delegacias e postos da SPRF-PE, além do tratador de cães, compreende o fornecimento de materiais de limpeza necessários à execução dos trabalhos.

A contratação será processada realizada por Pregão na modalidade Eletrônica através do sistema Comprasnet, uma vez que tal procedimento é um forte aliado dos princípios da eficiência, da economicidade e da padronização, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, como a desburocratização das contratações e a racionalização da quantidade de licitações.

A metodologia de referência para a contratação de materiais de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2017, foi adaptada às especificidades da demanda, sendo observados os valores limites estabelecidos.

O fornecimento dos materiais previstos deverão ser executados conforme descrição detalhada em item específico, assim como a discriminação das áreas a serem contratadas, detalhamento dos serviços previstos, conforme os anexos próprios.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As informações das estimativas das quantidades a serem contratadas foram consolidadas em anexos próprios com as tabelas para o detalhamento das quantidades previstas na contratação. A exposição da área física a ser limpa será calculada com a periodicidade e a frequência de cada tipo de material. A análise das rotinas de limpeza, a periodicidade e a frequência de cada tipo de material foi descrito em item próprio.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 369.823,12

As informações das estimativas dos valores a serem contratadas foram consolidadas através da contratação atual dos presente serviço, sendo levantado os valores atuais, sem realização de reajustes.

O valor de referência da contratação de serviço, para efeito de licitação, será determinado através de pesquisa de preços, realizada nos parâmetros da Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia e Portaria nº 449/2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a ser realizada pelo setor responsável.

A estimativa do valor da contratação do serviço para a SPRF-PE foi baseado nos Contrato nº 15/2025, em execução atual, o qual tem os seguintes valores praticados,:

- Valor mensal contrato 15/2025 para materiais de limpeza: R\$ 30.818,59 (trinta mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos).
- Valor anual contrato 15/2025 para materiais de limpeza: R\$ 369.823,12 ( Trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e três reais e doze centavos).

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação em grupo único é indispensável para a eficiência da modelagem contratual, necessária para garantir os objetivos estratégicos relacionados a execução do objeto da contratação e gestão do contrato. A experiência da gestão com uma única empresa desempenhando os serviços permite uma fiscalização compatível com a realidade do corpo de servidores da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco. A modelagem otimizará o procedimento de fiscalização e de gestão da execução contratual através da padronização na prestação do serviço, evitando a gestão de uma pluralidade de contratos locais.

O TCU já emitiu jurisprudência nesse sentido, Acórdão nº 2796-2013 – TCU – Plenário (<https://contas.tcu.gov.br/sagas/SvlVisualizarRelVotoAcRtf?codFiltro=SAGAS-SESSAO-ENCERRADA&seOcultarPagina=S&item0=486631>):

9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.

10. A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade.

11. **Ad argumentandum**, acerca do alcance da Súmula nº 247 do TCU, cabe trazer à colação o entendimento consubstanciado no voto condutor do Acórdão nº 5260/2011-1ª Câmara, do qual julgo oportuno extrair o seguinte excerto:

*“5. A representante mencionou, como reforço à sua pretensão, a Súmula-TCU nº 247, que diz acerca da obrigatoriedade da adjudicação por itens. A atenta leitura da Súmula, contudo, demonstra que a adjudicação “por itens”, nela defendida, está*

*posta como contraponto à adjudicação “por preço global”. O que pretendeu, então, estabelecer a Súmula-TCU n° 247, foi consolidar o entendimento prevalecente nesta Casa, no sentido de que é condenável a adjudicação por preço global, por representar, no geral, restrição à competitividade. Não teve a referida Súmula a pretensão de condenar a adjudicação por lotes, tanto assim que eles sequer foram mencionados.*

*6. Nessa esteira, não se pode pretender conferir interpretação à lei que seja contrária aos princípios da razoabilidade e da economicidade. No caso concreto que se examina, a adjudicação por itens, nos termos defendidos pela representante, implicaria na necessidade de publicação de 415 Atas de Registro de Preços diferentes, com indubitável custo administrativo para sua formalização, publicação e gerenciamento. A divisão do objeto em lotes, na forma realizada, deverá resultar na publicação de apenas 15 Atas de Registro de Preços, conforme informou o Pregoeiro.*

*7. Assim, e considerando que os lotes são compostos por itens de uma mesma natureza, não vislumbro qualquer irregularidade.” (grifei)*

O objeto em questão disputado em único grupo, evitando que licitantes que vençam apenas um item, que se refere a uma delegacia/unidade operacional, demonstrem desinteresse, principalmente, no atendimento para a delegacia e posto localizados no interior, e desistam do item, durante a sessão pública, mesmo tendo conhecimento das penalidades a serem impostas. Ou efetivem uma execução contratual precária, visando à não aditivção da vigência contratual, por meio de demonstração de desinteresse quando da prorrogação do instrumento. Em qualquer caso, o prejuízo para a administração será de sensível monta, pois uma nova licitação deverá ser concretizada, ficando o posto/delegacia sem a prestação dos serviços. A possibilidade do exposto é fato de razoável ocorrência em licitações públicas.

A opção pelo agrupamento exposto no objeto para a presente contratação, se faz pela conveniência e economia na gestão, inter-relação entre serviços, gerenciamento e controle na execução dos serviços. O procedimento efetuado por meio de grupo único permitirá uma maior racionalização quanto ao número de contratos que poderão advir do processo licitatório para cada unidade, evitando que suas gestões e fiscalizações demandem elevado número de servidores, fato que, por si só, representaria anti-economicidade, no momento em que haveria necessidade de grande disponibilização do tempo laboral dos referidos servidores, fato que representa maiores gastos para a Administração, especialmente diante de um quadro de notória carência de agentes da Administração Pública para a execução de atividades-meio.

Além disso, haverá um ganho de vantajosidade nos valores ofertados no que se refere à rubrica "custos indiretos", pois o licitante vencedor terá um contrato maior para diluir tais custos, proporcionando à administração lograr melhores preços.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação visa o fornecimento de materiais que serão utilizados na prestação do serviço de limpeza oriundo do processo SEI: 08654.013214/2025-20;

Conforme ORIENTAÇÃO NORMATIVA nº 00001/2021/COORD/E-CJUSCOM/CGU/AGU, os materiais de higiene pessoal não podem ser considerados insumos na contratação de serviços de limpeza e conservação.

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA . 00001/2021/COORD/E-CJUSCOM CGUAGU

NUP: 00688.000231/2021-74

INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA ASSUNTOS: PODER REGULAMENTAR-LEGALIDADE DE RESOLUÇÃO/ATO NORMATIVO

A Coordenadora da e-CJU SCOM, no uso das atribuições que lhe confere o an. 10, III, da Portaria AGU n. 14, de 23/01 /2020, e considerando o que consta do Parecer n. 00005 2021/COORDIE-CIL SCOM/CGUZAGU (NUP 00688,000231 /2021-74), resolve expedir a presente Orientação Normativa:

PRODUTOS DE HIGIENE COMO, POR EXEMPLO, PAPEL HIGIÊNICO, SABONETE LÍQUIDO, PAPEL TOALHA, ALCOOL EM GEL, SUPORTES PARA PAPEL TOALHA OU PARA SABONETE ETC. NÃO PODEM SER CONSIDERADOS INSUMOS NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. POR NÃO ESTAREM DIRETAMENTE RELACIONADOS A SUA EXECUÇÃO. -

A REGRA É QUE SEJAM LICITADOS E ADQUIRIDOS SEPARADAMENTE DO SERVIÇO DE LIMPEZA. -

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra previsão no Plano Anual de Contratações da SPRF. Ademais, a demanda encontra alinhamento com o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período 2021-2028, constante na PORTARIA DG/PRF Nº 686, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021 SEI nº 35721749, como também no PGC documento SEI n. 70825639.

## 13. Da Opção pela Conta Vinculada

O art. 8º do Decreto nº 9.507/2018 prevê que, nas licitações para contratações de prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal deverão fazer constar, nos instrumentos convocatório e contratual, entre outras disposições, o seguinte:

Art. 8º Os contratos de que trata este decreto conterão cláusulas que:

[...]

V – prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

a) que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na **ocorrência do fato gerador**; ou

b) que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em **conta vinculada específica**, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante;

A aplicação do Decreto nº 9.507/2018 é regulada pela IN Seges/MP nº 05/2017, que, em seu Anexo I, define cada um desses institutos:

III – CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO: conta aberta pela Administração em nome da empresa contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, não se constituindo em um fundo de reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

[...]

XIV – PAGAMENTO PELO FATO GERADOR: situação de fato ou conjunto de fatos, prevista na lei ou contrato, necessária e suficiente a sua materialização, que gera obrigação de pagamento do contratante à contratada.

Embora o pagamento pelo fato gerador possa significar uma aparente economia para Administração, tendo em vista que o pagamento mensal devido à contratada teria seu valor liquidado considerando apenas os componentes de custos que efetivamente ocorreram naquele período. No caso concreto, há outros fatores a se considerar, pois a dinâmica da fiscalização dos pagamentos pelo fato gerador impõe um significativo aumento de procedimentos pela Administração e uma necessidade de capacitação de servidores, tanto da fiscalização contratual como do setor financeiro.

Nesse contexto, cumpre avaliar as reais condições do órgão contratante para a adoção do procedimento de pagamento pelo fato gerador, ou seja, é necessário averiguar se o órgão dispõe de servidores em quantidade suficiente com as devidas qualificações.

Por outro lado, o órgão já possui experiência na utilização da conta vinculada, estando os fiscais dos contratos já devidamente habituados com os procedimentos, o que proporciona um real aumento da segurança na contratação.

Pelos motivos acima, pode-se concluir que seria temerária a utilização do procedimento do pagamento pelo fato gerador, sendo mais vantajosa a utilização da conta vinculada, considerando a realidade do órgão.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação será benéfica para o órgão, pois, serão obtidas condições adequadas de salubridade e higiene, permitindo maior produtividade no ambiente de trabalho, além de economicidade, eficácia e eficiência.

## 15. Providências a serem Adotadas

A SPRF-PE deverá tomar as providências, junto a Contratada, para o correto fornecimento dos serviços, antes do início da sua execução.

Os servidores designados para a fiscalização do contrato poderão solicitar capacitação específica, a ser realizada preferencialmente via EAD e conforme disponibilidade orçamentária do órgão

Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando os possíveis impactos ambientais que poderiam ser causados pelo uso de produtos tóxicos e desperdício ou mal uso de recursos, foram previstos vários critérios de sustentabilidade a serem seguidos pela empresa contratada a fim de mitigar esses impactos.

A contratação prevê mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

A SPRF-PE deverá iniciar ações e medidas com o objetivo de iniciar a implantação da coleta seletiva solidária, seguindo as orientações do Manual de Implantação da Coleta Seletiva Solidária, de autoria da Advogada da União Teresa Villac Pinheiro Barki (<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/19683337>), e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis disponibilizado pela AGU (<https://www.agu.gov.br/page/download/index/id/38813350>).

A empresa selecionada e contratada deverá cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS:

"Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;"

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação atende aos padrões da Administração Pública e esta comissão entende pela viabilidade da mesma.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA DAYANE RAFAELLY DO NASCIMENTO**

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 09:30:47.

**PEDRO FELIPE DE JESUS GOMES DE MATOS**

Membro da Equipe de Planejamento

**DANIELE FERREIRA DA SILVA**

Membro da Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 14:24:26.*